

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS DAS REDES ESTADUAIS

Maria Helena de Aguiar Bravo (Universidade de São Paulo, mh.bravo@yahoo.com.br)

Karina Carrasqueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,

karina.carrasqueira@gmail.com)

Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz (Universidade Cidade de São Paulo,

carminhameirelles@gmail.com)

Wagner Silveira Rezende (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da

Universidade Federal de Juiz de Fora, wagner@caed.ufjf.br)

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados parciais do eixo quantitativo da pesquisa “Implementação de políticas educacionais e desigualdades frente a contextos de pandemia pelo Covid-19”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2021/08719-0. Este estudo visa produzir evidências científicas para nortear a elaboração de estratégias de implementação de políticas públicas educacionais que contribuam com os desafios educacionais da pandemia do Coronavírus e com o enfrentamento de possíveis futuras crises similares.

No contexto da pandemia do Covid-19, o distanciamento social adotado pela maioria dos países implicou no fechamento das escolas, gerando a necessidade de implementação de políticas emergenciais em redes públicas e privadas de ensino. A pandemia produziu mudanças na organização do trabalho e na relação das instituições com os alunos, as famílias e suas comunidades. Pesquisas qualitativas realizadas entre 2020 e 2021 já apontam as dificuldades enfrentadas por docentes e estudantes durante este período, como a falta de equipamentos, de internet de qualidade e de preparo para o uso de tecnologias (ALMEIDA; DALBEN, 2020; FÁVARO et al., 2021; SANTOS; LACERDA JUNIOR, 2022). Contudo, não foram identificadas pesquisas que sistematizem as estratégias pedagógicas e de gestão que foram realizadas neste período por redes estaduais brasileiras. Assim, este trabalho tem por objetivo identificar estratégias de implementação de políticas educacionais por redes estaduais brasileiras durante os anos da pandemia Covid 19.

METODOLOGIA

Foram analisadas as respostas ao questionário “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, aplicado como suplemento do Censo Escolar de 2020 e 2021. O questionário foi respondido pelos gestores escolares sendo que, no total, 96,9% das escolas estaduais de todo país responderam ao questionário em 2020, e 95,10% em 2021.

Por meio desse instrumento, foi possível mapear e identificar estratégias adotadas pelas redes estaduais durante o período em que as aulas estiveram interrompidas em decorrência da pandemia, em particular aquelas que estão mais diretamente vinculadas ao combate à evasão e à aprendizagem.

Verificou-se dois conjuntos de estratégias: as pedagógicas e de gestão escolar implementadas pelos estados (oito estratégias em 2020 e nove em 2021, sendo que cinco se repetiam nos dois anos e uma estratégia foi separada em duas em 2021) e as adotadas pelas escolas/secretarias de educação junto aos professores (mesmas cinco estratégias nas duas edições).

ANÁLISE DE DADOS

Quanto às estratégias pedagógicas e de gestão escolar adotadas durante o ano letivo de 2020, observou-se adoção de estratégias de forma desigual entre os estados. As estratégias mais adotadas foram: a reorganização e priorização de habilidades e conteúdos (76%), reposição total ou parcial dos dias suspensos (41,8%), e planejamento para complementação curricular, com ampliação da jornada escolar em 2021 (35,1%). Já as estratégias menos adotadas foram: adoção de programa de educação acelerada (9,8%), avaliação diagnóstica de aprendizagem (10,2%) e aumento da carga horária diária de atividades não presenciais (14,6%). Neste momento, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Sergipe apareciam como estados que se destacavam na adoção de três das seis estratégias observadas.

Sobre a forma de ensino, 79,1% das escolas do país indicaram manter atividades não presenciais e 12% adotaram o modelo híbrido. Em ambos os casos, o Espírito Santo se destaca, com 98% das escolas mantendo atividades não presenciais e 78,4% delas em modelo híbrido.

Em 2021, verifica-se a ampliação da avaliação diagnóstica de aprendizagem (81,1%). Houve uma queda na adoção da reorganização curricular (73,5%), no planejamento para complementação curricular no ano seguinte (21,3%) e na adoção de programa de aceleração (6,8%). Duas novas estratégias foram questionadas pela pesquisa: a busca ativa (89,9%), com alta adesão pelas escolas, e aulas de reforço (60,2%) apontando para esforços de garantir a não evasão e a permanência dos estudantes. A rede estadual do Ceará se destaca como uma das cinco redes com mais altos percentuais de implementação para cinco das seis estratégias citadas. Em seguida, vem o Espírito Santo, com mais altos percentuais de adoção para quatro das seis estratégias.

Nas estratégias de aumento da carga horária diárias das atividades não presenciais, e das presenciais, a grande maioria das redes estaduais ficou em menos de 10% de adoção pelas escolas. Com exceção de alguns casos particulares, como a rede estadual da Bahia, que liderou das duas estratégias, com 53% das escolas aumentando a carga horária das atividades não presenciais e 23% das escolas com aumento da carga horária das atividades presenciais.

Em termos de estratégias adotadas pelas escolas ou secretarias estaduais de educação junto aos professores, em 2020, a realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades foi a mais realizada (97,1%), seguida da reorganização/adaptação do planejamento (92,6%). O acesso gratuito ou subsidiado de internet foi a estratégia menos difundida (15,9%), sendo o Rio Grande do Sul o destaque com 45,9% das escolas indicando ter recebido. Já a disponibilização de equipamentos para os professores teve uma abrangência um pouco maior, atingindo 43,3% das escolas. O treinamento para programas de ensino não presenciais foi realizado em 79,9% das escolas, sendo que em Rondônia, 95,7% das escolas indicaram praticá-lo.

Para 2021, a adoção das estratégias apresenta mudanças. Há uma queda no treinamento para programas de ensino não presenciais (76,6%) e na reorganização/adaptação do planejamento (84,8%), possivelmente motivado pelo progressivo retorno das atividades presenciais. O acesso gratuito ou subsidiado de internet e a disponibilização de equipamentos aumentaram, passando a atingir 32,4% e 61,6% das escolas, respectivamente. O Sergipe se destaca nessas duas estratégias em 2021, tendo passado de 0,6% de escolas com acesso gratuito à internet em 2020, para 72,6% em 2021.

No Espírito Santo, a disponibilização de equipamento alcançou 99% das escolas, conforme os respondentes.

A estratégia de realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades se manteve estável, sendo adotada em 97,1% das escolas. Com exceção do Acre, todas as redes tiveram mais de 90% das escolas afirmando realizá-la.

CONCLUSÕES

Os dados coletados pelo Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil permitem a indicação de possíveis estratégias educacionais que deveriam compor um plano de ação em casos sanitários ou qualquer outro que exija isolamento social e atividades remotas.

Observa-se a necessidade de colaboração entre os entes federados, onde deveriam ser desenvolvidas diretrizes para o atendimento e realização de atividades à distância, buscando, inclusive, mitigar desigualdades regionais. No Brasil, durante a Covid 19, a transição para um modelo de ensino à distância ocorreu num vácuo de diretrizes nacionais do Ministério da Educação, fazendo com que cada estado adotasse suas próprias estratégias educacionais.

Destaca-se, principalmente, a necessidade crescente de ampliação da conectividade em escolas e municípios, além do letramento digital e formação de professores para uso pedagógico de tecnologias. Também deve-se investir no vínculo entre escola, família e comunidade, para tomar decisões conjuntas e acolher a todos, ampliando a sensação de pertencimento e reduzindo a evasão. Essa estratégia deve ser pensada junto com a implementação da busca ativa dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im)possível. **Educação & Sociedade**, v. 41, e239688, 2020.

FÁVARO, L. C.; FONSECA, L. R. D.; LUCIANO, T. D. DE S.; MINASI, L. F.; SILVA, M. R.; LAHMANN, D. F. P. O impacto provocado pela pandemia do covid-19 nas práticas pedagógicas de professores de matemática da educação básica. **Revista Paranaense De Educação Matemática**, v. 10, n. 22, p. 446–469, 2021.

SANTOS, E. C.; LACERDA JUNIOR, J. C. Os desafios da docência na Educação Básica durante a pandemia de COVID-19 na cidade de Lábrea, Amazonas, Brasil. **Rev. Actual. Investig. Educ**, San José, v. 22, n. 3, p. 225-245, Dez. 2022.